

Do Instituto Historico e Geographico Brasileiro — Secretario Perpetuo do Instituto
Geographico e Historico do Amazonas
Da Academia Amazonense de Letras — Socio correspondente dos Institutos Historicos
do Pará, Ceará e Rio Grande do Norte, da Academia Paraense de Letras,
do Instituto de Estudos Genealogicos, de São Paulo, do Centro
de Estudos Archeologicos, do Rio de Janeiro.



As Instituições do Brasil Colonial

(Seculo XVI)

Palestra realizada a 11
de Agosto de 1937, na
Faculdade de Direito
do Amazonas, a con-
vite do Directorio
Academico daquelle
instituto de ensino
.... superior.

1938

472

A' minha muito querida Emilia Guiomar.

Tem, realmente, um alto significado para vós, estudantes, para nós, professores, singular significado para mim, em particular, a ephemeride de hoje. São cento e dez annos decorridos, de ensino juridico no Brasil. São dez annos de bacharelato em direito que eu conto. Cento e dez annos de exercicio ininterrupto de magisterio, de rumos, de orientação, de systhetização de cultura que bravos mestres vêm realizando, no preparo santo da consciencia moral, serena, equilibrada, juridica do paiz. Cento e dez annos de actuação para o clima de franquias e garantias de ordem constitucional, de deveres e direitos civis, clima que foi e é a nossa grande caracteristica no panorama do mundo civilizado, clima do 1.º e 2.º Imperios, das nossas Republicas, que se creou na materialização, constante, atravez o systema democratico, do velho e precioso conceito dos Romanos — « Jus est ars boni et aequi ». Systema democratico que se transforma, hora a hora, aos influxos da orientação que a experiencia nos vem ministrando, mas caminhando sem extremismos, sem os exa-geros dos imperialismos, renegaveis e embrutecedores, de todo contrarios á nossa indole, num viver pacifico, de fraterna relação com as outras gentes continentaes, ambiente de cordialidade que nenhuma nuvem de malquerer poude ainda perturbar,

territorio que occupavam, ora massamente, ora após o triumpho militar, assignalavam o accidente physico como extremo, guardando-o, defendendo-o de qualquer imperinencia do inimigo. Era já, não ha que negar, um sentido avançado da communiidade, provida de regras moraes, de costumes, valendo por principios de direito. Nas relações externas, não conheceram, á larga, a intimidade ou fraternidade entre si. Apenas contactos commerciaes. Guerras orientadas por normas de technica offensiva e deffensiva. Quasi sempre anticipadas do aviso ao inimigo, dentro de formalidades, declaração grosseira do estado de guerra que se abria. Nessas campanhas, muita vez se fortaleceram com as confederações, em pactos contra o inimigo commum. Lembrando aquellas alianças que vinculavam, na hora do perigo, os povos da Hellade antiga. A Confederação dos Tamoyos no seculo XVI, o levante geral dos Tapuyas no Nordeste, no seculo XVII, o pronunciamento vingador dos Mânãos e Maiapemas, no seculo XVIII, em pleno Rio Negro, sob a orientação disciplinadora de Ajuricaba, são magnificas provas da existencia desse entendimento contra o que apparece pondo em perigo a paz de todos.

Esse espirito guerreiro não impede a hospitalidade, entre muitos. Mas, na hora da guerra, para o vencido, a sentença do Gaulês em Roma — «Vae victis»: escravizado, morto em sacrifícios que obedecem a rituaes. A anthropophagia é um problema. Os indianólogos discordam em torno do thema, parecendo, porem, que a negativa da existencia dessa penalidade é a affirmação que expressa a verdade. A familia, base das organizações de hontem e de hoje, formada pelos laços de sangue e não pelo parentesco que se pretende enxergar no «Totem» essa existiu entre os nossos selvícolas.

cravo, lembra aquele ethnologo patricio, podia ser devorado ou servir ao seu senhor na caça e na pesca. Não era propriedade da tribu. Hans Staden foi propriedade individual de um tupinambá e contou-nos a sua historia num livrinho conhecido. D'Evreux dá dois capitulos de seu livro, 15 e 16 (edição de 1929. Rio de Janeiro.) sobre leis referentes aos escravos. Só podiam ser propriedade da tribu e devorados logo depois, quando fugiam da posse de seu senhor.»

«Sabemos, por todos os viajantes e ethnologos, que o indio é sepultado com todos os seus objectos de uso e de guerra. Posse dos objectos, dirão. Consequencia da propriedade privada, respondo». Cascudo tem razão. A propriedade privada, á época da chegada do branco, já éra, «não apenas esboçada e vaga, mas positiva e delineada em traços energicos e claros.» A solidariedade, o collectivismo no grupo foi outra característica social daquella gente. Para os trabalhos que demandavam o esforço intenso e extenso, impossivel a um só ou aos seus, todos os do grupo davam a sua ajuda. Era o putirum.

As leis penaes, ainda barbaras. A vingança, como regra, O furto, crime desconhecido. Porque se entendia, no caso, apenas «uma transferencia de posse util.»

Em synthese, imperfeita, eis os traços talvez mais curiosos das formas sociaes e politicas dos nossos aborigenes.

O BRANCO — Esse era o português, povo que atravessara quasi incolume o seculo por entre os embates militares da península, por entre as camadas raciaes que a cobriam, mantendo de pé certa personalidade muito expressiva de sua rijeza, de suas apreciadas virtudes. Sua historia busca-se num passado distante, em que o Lusitano, com Viriato, soldado e chefe, em ardor que assombrou o romano, desafiou o invasor.

ctavam com intensa perfeição artistica, creavam gado, domesticavam animaes uteis!

Na mystica religiosa, os Sudanezes soffriam a influencia, pelo littoral, em certos trechos da hinterlandia, mais para o norte, do Islam, communicada nos seus ritos, nas affirmativas de excellencia, pelo arabe, que viera descendo para as relações mercantis. Os outros, submettidos ao fetichismo grosseiro a que renderam o seu culto os primitivos de todos os angulos do mundo. Constituiram os Sudanezes, por tudo isso, como bem conceitua Pedro Calmon, a « aristocracia da escravidão ».

Quanto á feição politico-social, delle se escreveu que estava na phase da horda, em promiscuidade. Nada mais enganoso. Maurice Delafosse, que é em França a mais prestigiosa autoridade em themas afro-negros, chegou a conclusões diversas. Demorava-se o afro-negro no estado do collectivismo. Reconhecendo, não obstante, um chefe, armado de poderes amplos, obediente a normas-leis, punidas severamente quando infringidas as disposições estatutarias civis. A lei penal, barbara. A familia, ora polygamica, ora monogamica. O hetairismo, talvez só excepcionalmente nalgum grupo por demais atrazado. Sudanezes e Bantus, totemicos, affirmam Nina Rodrigues e Edson Carneiro. Jungidos á velha instituição do captiveiro, na propria Africa, assignalam os africanalogos.

AS INSTITUIÇÕES COLONIAES — Instituições aborígenes? Instituições portuguesas? Instituições afro-negras? Qual terá vingado, no contacto das tres no século I do Brasil colonia? Evidentemente, pela força de sua excellencia, pelas virtudes que apresentavam, pela superioridade moral e material dos que as possuíam, as portuguezas. Das instituições politicas do bugre, do afro-negro, o portuguez colono, senhor



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura

